

**Relatório da Administração Referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)**

**Carta do Diretor de Relações com Investidores:** Senhores Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Macapá registrou em 31 de dezembro de 2014 resultado operacional de R\$ 300.451. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 89.613. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 137.902, em consonância com o orçamento da Companhia e as expectativas da diretoria. A Companhia apresentou, no exercício de 2014, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

**Angel Javier Casaseca de Prada**  
Diretor de Relações com Investidores

**Histórico:** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A LMTE é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Companhia tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 9.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$71.880.000, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. Pelo Despacho 4.835/2014, ANEEL reajustou a Rap para o período jul/14-Jun/15 em R\$95.344.100. **Desempenho Operacional: Transmissão de Energia - Operação:** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 8 concessionárias (LXTE, LMTE, JTE, CPTE, LTMC, IENNE, SLTE e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (LTTE e LITE) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 Km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Companhia (em milhares de reais):

**Demonstrações do Resultado**  
(em milhares de R\$, exceto percentuais)

|   | Em 31 de dezembro de |          |           | % Variação |          |
|---|----------------------|----------|-----------|------------|----------|
|   | 2014                 | 2013     | 2014/2013 |            |          |
| Receita   | 348.912              | 100,00%  | 349.011   | 100,00%    | (0,03%)  |
| Custo de construção                                   | (40.044)             | (11,48%) | (191.477) | (54,86%)   | (79,09%) |
| Lucro Bruto   | 308.868              | 88,52%   | 157.534   | 45,14%     | 96,06%   |
| Despesas gerais e administrativas                     | (8.417)              | (2,41%)  | (1.521)   | (0,44%)    | 453,39%  |
| Lucro Operacional                                     | 300.451              | 86,11%   | 156.013   | 44,70%     | 92,58%   |
| Despesas Financeiras                                  | (89.724)             | (25,72%) | (72.392)  | (20,74%)   | 23,94%   |
| Receitas Financeiras                                  | 111                  | 0,03%    | 273       | 0,08%      | (59,34%) |
| Resultado financeiro líquido                          | (89.613)             | (25,68%) | (72.119)  | (20,66%)   | 24,26%   |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 210.838              | 60,43%   | 83.894    | 24,04%     | 151,31%  |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                | (72.936)             | (20,90%) | (28.524)  | (8,17%)    | 155,70%  |
| Lucro líquido do exercício                            | 137.902              | 39,52%   | 55.370    | 15,86%     | 149,06%  |
| Lucro Líquido por lote de mil ações R\$               | (243,10)             | (0,07%)  | (102,54)  | (0,03%)    | 137,08%  |

A receita operacional líquida reduziu 0,03%, atingindo R\$ 348.912 mil em dezembro de 2014 se comparada com R\$ 349.011 mil em 31 de dezembro de 2013. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 364.829 mil em dezembro de 2014, comparada com R\$ 98.361 mil em dezembro de 2013, onde o aumento de 270,90% é devido pelo reajuste da RAP pela inflação sobre a valoração do ativo financeiro e reajuste na tarifa, o qual foi concedido em junho de 2014. As receitas de operação e manutenção aumentaram 104,50%, totalizando R\$ 7.265 mil em dezembro de 2014, comparada com R\$ 3.552 mil em dezembro de 2013, devido a entrada em operação da Companhia em junho de 2013, dessa forma, o resultado do exercício de 2013, contempla apenas 6 meses de receita de operação. As despesas financeiras aumentaram em 23,94%, atingindo R\$ 89.724 mil em dezembro de 2014 contra R\$ 72.392 mil em dezembro de 2013, devido aos juros dos novos empréstimos contratados. Em decorrência dos fatores mencionados acima, no exercício de 2014, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 137.902 mil. **Composição Acionária:** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 527.120 milhões, representado por 527.120 milhões de ações ordinárias. A Companhia é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. **Audidores Independentes:** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2011, a Companhia declara que mantém contratada a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2014. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos:** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

|  | 2014             | 2013             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Ativo</b>                             |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                        |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)   | 1.436            | 38.998           |
| Clientes (Nota 8)                        | 16.993           | 7.658            |
| Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)    | 20.003           | 49.846           |
| Impostos a recuperar                     | 2.708            | 2.162            |
| Ativo financeiro - concessão (Nota 10)   | 107.496          | 97.337           |
| Despesas pagas antecipadamente (Nota 12) | 760              | 3.090            |
| Outros ativos                            | -                | 3.732            |
|  | <u>149.396</u>   | <u>202.823</u>   |
| <b>Não circulante</b>                    |                  |                  |
| Realizável a longo prazo                 |                  |                  |
| Ativo financeiro - concessão (Nota 10)   | 1.733.512        | 1.483.245        |
| Depósitos judiciais (Nota 9)             | 9.472            | 9.139            |
| IRPJ e CSLL diferidos                    | -                | 19.902           |
| Títulos de renda fixa                    | 3.975            | 2.930            |
|  | <u>1.746.959</u> | <u>1.515.216</u> |
| <b>Imobilizado, líquido</b>              | <u>2.312</u>     | <u>2.099</u>     |
|  | <u>1.749.271</u> | <u>1.517.315</u> |
| <b>Total do ativo</b>                    | <u>1.898.667</u> | <u>1.720.138</u> |

**Passivo e patrimônio líquido**

|   | 2014             | 2013             |
|---|------------------|------------------|
| <b>Circulante</b>                             |                  |                  |
| Fornecedores (Nota 13)                        | 33.495           | 96.218           |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 14)        | 185.702          | 155.901          |
| Impostos e contribuições a recolher (Nota 15) | 10.067           | 6.173            |
| Partes relacionadas (Nota 11)                 | 6.737            | 19.646           |
| Provisões (Nota 16)                           | 5.266            | 23.007           |
| Outros  | 1.762            | 2.734            |
|   | <u>243.029</u>   | <u>303.679</u>   |
| <b>Não circulante</b>                         |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 14)        | 762.783          | 765.581          |
| PIS e COFINS diferidos (Nota 17)              | 173.293          | 149.512          |
| IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18 b)             | 53.034           | -                |
|   | <u>989.110</u>   | <u>915.093</u>   |
| <b>Patrimônio Líquido (Nota 19)</b>           |                  |                  |
| Capital social                                | 567.260          | 540.000          |
| Reserva legal                                 | 4.963            | -                |
| Prejuízos acumulados                          | -                | (38.634)         |
| Reserva especial de dividendos                | 94.305           | -                |
|   | <u>666.528</u>   | <u>501.366</u>   |
|   | <u>1.898.667</u> | <u>1.720.138</u> |

**A Administração**  
**Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

|   | 2014            | 2013            |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Operações continuadas</b>                                    |                 |                 |
| Receita (Nota 21)   | 348.912         | 349.011         |
| Custo sobre serviços prestados (Nota 22)                        | (40.044)        | (192.398)       |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>308.868</b>  | <b>156.613</b>  |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 22)                     | (8.417)         | (600)           |
| <b>Lucro operacional</b>  | <b>300.451</b>  | <b>156.013</b>  |
| Despesas financeiras (Nota 23)                                  | (89.724)        | (72.392)        |
| Receitas financeiras (Nota 23)                                  | 111             | 273             |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>                            | <b>(89.613)</b> | <b>(72.119)</b> |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | <b>210.838</b>  | <b>83.894</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 a)    | (72.936)        | (28.524)        |
| <b>Lucro do exercício</b>                                       | <b>137.902</b>  | <b>55.370</b>   |
| <b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>                        | <b>(243,10)</b> | <b>(102,54)</b> |

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangente. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

|                                  | Lucros         |               |                   |                      |         |
|----------------------------------|----------------|---------------|-------------------|----------------------|---------|
|                                  | Capital social | Reserva legal | Dividendo retidos | Prejuízos acumulados | Total   |
| <b>Em 1º de janeiro de 2013</b>  | 340.650        | -             | -                 | (94.004)             | 246.646 |
| Aumento de capital               | 199.350        | -             | -                 | -                    | 199.350 |
| Lucro do exercício               | -              | -             | -                 | 55.370               | 55.370  |
| <b>Em 31 de dezembro de 2013</b> | 540.000        | -             | -                 | (38.634)             | 501.366 |
| Aumento de capital               | 27.260         | -             | -                 | 27.260               | 54.520  |
| Lucro do exercício               | -              | -             | -                 | 137.902              | 137.902 |
| Destinação do lucro do exercício | -              | 4.963         | 94.305            | (99.268)             | -       |
| <b>Em 31 de dezembro de 2014</b> | 567.260        | 4.963         | 94.305            | -                    | 666.528 |

**Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

|  | 2014             | 2013             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>  |                  |                  |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços               | 388.611          | 386.037          |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                   |                  |                  |
| Custo dos bens construídos e serviços prestados          | (40.044)         | (191.477)        |
| Serviço de terceiro                                      | (8.417)          | (1.521)          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                            | <b>340.150</b>   | <b>193.039</b>   |
| Depreciação  | -                | -                |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b> | <b>340.150</b>   | <b>193.039</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>        |                  |                  |
| Receitas financeiras                                     | -                | -                |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>               | <b>340.150</b>   | <b>193.039</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                  |                  |                  |
| Impostos, taxas e contribuições                          | (112.635)        | (65.549)         |
| Juros e variações cambiais                               | (89.616)         | (72.119)         |
| Outros   | 3                | -                |
| Lucros retidos no período                                | (137.902)        | (55.370)         |
| <b>Valor adicionado retido</b>                           | <b>(340.150)</b> | <b>(193.039)</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais:** **1.1. Contexto operacional:** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em fase operacional, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 100,00% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. A gestão de tesouraria é feita de forma consolidada para o Grupo Isolux no Brasil. A Companhia terá suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. Ainda, caso necessário, o Grupo Isolux Corsán garantirá o aporte de capital nas operações no Brasil. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, espera-se atingir o equilíbrio econômico-financeiro já no exercício de 2015. Adicionalmente, a Companhia solicitou ampliação dos empréstimos FDA e FNO e a ampliação foi concedida. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram aprovados e autorizados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2015. **1.2. Concessão:** Em 27 de junho de 2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B - linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008. No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. Estas demonstrações estão sendo apresentadas em conexão com o processo de pedido de registro de capital aberto na CVM. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco

de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.4.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(i) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(ii) Valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Ativo financeiro da concessão:** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **2.5. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.8. Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos)

**Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

|  | 2014           | 2013          |
|--|----------------|---------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   |                |               |
| <b>Lucro do exercício</b>                            | <b>137.902</b> | <b>55.370</b> |
| Ajustes  |                |               |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos     | 72.936         | 28.524        |
| PIS e COFINS diferidos                               | 23.781         | 35.709        |
| Remuneração do ativo financeiro                      | (364.829)      | (98.361)      |
| Juros dos empréstimos                                | (17.617)       | 59.737        |
| Provisões  | (17.741)       | (30.243)      |
| Depreciação  | -              | 239           |
| (Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais |                |               |
| Impostos a recuperar                                 | (546)          | (309)         |
| Clientes   | (9.335)        | (7.658)       |
| Adiantamentos a fornecedores                         | 29.843         | (27.072)      |
| Despesas antecipadas                                 | 2.330          | (214)         |
| Depósitos judiciais                                  | (333)          | (1.966)       |
| Outros ativos  | 3.905          | (3.553)       |
| Fornecedores   | (62.723)       | (87.424)      |
| Partes relacionadas                                  | (12.909)       | 11.9          |

que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. (c) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade:** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. (a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritas na Nota explicativa nº 3.3. (b) **Reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. (c) **Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. (d) **Determinação das receitas e custos de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. (e) **Provisão para riscos:** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. (f) **Provisão para custos de construção:** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **3.3. Contrato de concessão:** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (i) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo: • A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. • A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro: (a) Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras: A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos relaciona-

dos à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas. (b) **Risco de crédito:** Salvo pelo ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. (d) **Risco de taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI.

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

| Ativo                               | Mensurados ao valor justo por meio do resultado |           | Empréstimos e recebíveis | Total |
|-------------------------------------|---|-----------|--------------------------|-------|
|                                     |   |           |                          |       |
| Ativo financeiro                    |   | 1.841.008 | 1.841.008                |       |
| Titulos e valores mobiliários       | 3.975   |           | 3.975                    |       |
| Depósitos judiciais e outros ativos | -   | 9.299     | 9.299                    |       |
| Caixa e equivalentes de caixa       | -   | 1.436     | 1.436                    |       |
|                                     | 3.975   | 1.851.743 | 1.855.718                |       |
|                                     |   |           |                          |       |
| Passivo                             | Empréstimos e recebíveis                        |           | Total                    |       |
| Empréstimos e financiamentos        |   | 948.485   | 948.485                  |       |
| Partes relacionadas                 |   | 6.737     | 6.737                    |       |
| Provisões                           |   | 5.266     | 5.266                    |       |
| Fornecedores e outros passivos      |   | 35.084    | 35.084                   |       |
|                                     |   | 995.572   | 995.572                  |       |

(a) **Valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: (b) **Financiamentos:** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2014, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. (c) **Ativo financeiro da concessão:** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido sendo que, uma vez que parte da empresa encontra-se em fase pré-operacional, ainda não começaram a ser amortizados.

|                | 2014  | 2013   |
|----------------|-------|--------|
| Caixa e bancos | 1.436 | 38.998 |

**7. Adiantamentos a fornecedores:** Os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

|  | 2014   | 2013   |
|--|--------|--------|
| Adiantamentos a fornecedores nacionais | 20.003 | 49.846 |

A Companhia no ano de 2014 começou a operar 100% e com isso seus adiantamentos a fornecedores, bem como o saldo de fornecedores a pagar diminuíram consideravelmente.

|          | 2014   | 2013  |
|----------|--------|-------|
| Clientes | 16.993 | 7.658 |

O faturamento e contas a receber da Companhia são regulados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, por esse motivo a empresa não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa. No exercício de 2014, a Companhia começou a faturar 100% da RAP, devido a entrada em operação por completa, com isso aumentando o saldo de contas a receber de clientes. **9. Depósitos judiciais:** O saldo de R\$ 9.472 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 9.139 em 2013) é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS. **10. Ativo financeiro - concessão**

|                           | 2014 | 2013      |
|---------------------------|------|-----------|
| Em 1º de janeiro de 2013  |      | 1.230.936 |
| Receita de construção     |      | 286.066   |
| Receita financeira        |      | 98.361    |
| Recebimentos              |      | (34.781)  |
| Em 31 de dezembro de 2013 |      | 1.580.582 |
| Receita financeira        |      | 364.829   |
| Recebimentos              |      | (104.403) |
| Em 31 de dezembro de 2014 |      | 1.841.008 |

**Circulante** 107.496  
**Não circulante** 1.733.512

**11. Partes relacionadas:** Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

|  | 2014  | 2013   |
|--|-------|--------|
| Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. | 6.671 | 19.225 |
| Outras empresas do grupo                     | 66    | 421    |
|  | 6.737 | 19.646 |

O saldo refere-se a custos compartilhados entre as empresas e a redução significativa do saldo deve-se ao final da obra em 2013. (a) **Remuneração de administradores:** Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. **12. Despesas pagas antecipadamente:** O saldo em 31 de dezembro de 2014 refere-se principalmente aos saldos de seguros. **13. Fornecedores**

|                        | 2014   | 2013   |
|------------------------|--------|--------|
| Fornecedores nacionais | 33.495 | 96.218 |

**14. Empréstimos e financiamentos:** Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

|                       | 2014    | 2013    |
|-----------------------|---------|---------|
| Circulante            |         |         |
| Empréstimos bancários | 115.582 | 95.403  |
| FDA e FNO (iii)       | 51.128  | 48.474  |
| Confirming (iv)       | 18.992  | 12.024  |
|                       | 185.702 | 155.901 |

Não circulante

|                        |          |          |
|------------------------|----------|----------|
| Empréstimos bancários  | 6.384    | 34.097   |
| FDA e FNO (iii)        | 771.806  | 745.183  |
| Custo de Transação (i) | (15.407) | (13.699) |
|                        | 762.783  | 765.581  |
|                        | 948.485  | 921.482  |

Total dos empréstimos

| Período           | Amortização não circulante |         |
|-------------------|----------------------------|---------|
| 2016              |                            | 42.569  |
| 2017              |                            | 45.160  |
| 2018              |                            | 47.908  |
| 2019              |                            | 50.824  |
| 2020              |                            | 53.926  |
| De 2020 em diante |                            | 537.803 |

As taxas de juros dos empréstimos variam entre 2% e 10% ao ano e os índices de correção são CDI e TJLP. (i) **Custos de transação (comissões bancárias e IOF):** Estes custos são suportados por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao lon-

go da vigência dos referidos créditos. (ii) **Garantias concedidas:** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. (iii) **Créditos de longo prazo:** Em 30 de dezembro de 2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 142.722; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo: 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10 de março de 2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vendendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 569.568; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 0,85% a.a. (iv) **Operações de confirm-ming:** São operações contratadas com os bancos onde a Companhia possibilita antecipar aos fornecedores, recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços. Funciona como uma cessão de crédito, transferindo assim a avaliação do risco de crédito do fornecedor para a Companhia, de quem passa ser a responsabilidade da liquidação do empréstimo. **15. Impostos e contribuições a recolher:** Em 31 de dezembro de 2014, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **16. Provisões: (a) Custos de construção:** Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de provisões correspondem a:

|                                    | 2014  | 2013   |
|------------------------------------|-------|--------|
| Provisão para custos de construção | 5.266 | 23.007 |

No exercício de 2014 foi feita uma provisão para os custos de pendências de obra que incorrerão no próximo exercício. (b) **Contingências:** A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$11.590. Vale ressaltar que os processos trabalhistas contam com depósito de valores em juízo o que por si só garante o valor do débito. No que tange aos casos cíveis, frisamos que somos autores das demandas, motivo pelo qual não há que se provisionar perdas. **17. PIS e COFINS diferidos:** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

**Em 31 de dezembro de 2012**

Constituição em 2013

**Em 31 de dezembro de 2013**

Constituição em 2014

**Em 31 de dezembro de 2014**

**18. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado são como segue: (a) **Reconciliação das taxas efetivas e nominais:**

|   | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------|------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social         | 210.838    | 83.894     |
| Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social     | 34%        | 34%        |
| IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação | (71.685)   | (28.524)   |

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

**IR e CSSL diferidos**

Em 31 de dezembro de 2013

Constituição em 2014

Em 31 de dezembro de 2014

(c) **Incentivos fiscais:** Em 5 de dezembro de 2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura-REIDI, pelo qual a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 567.260 (2013 - R\$ 540.000), está representado por 567.260 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

**Acionistas** Ordinárias

Isolux Energia e Participações S.A. 567.260.000

(b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. (c) **Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos retidos". Após a absorção dos prejuízos acumulados e da destinação das reservas obrigatórias, a Companhia apurou um lucro contábil de R\$ 94.305. Baseado na Lei 12.973/14 a Companhia deverá distribuir dividendos com base em seu resultado fiscal. Como em 2014, a Companhia apresentou prejuízo após a apuração do resultado fiscal, foi constituída uma reserva especial de dividendos neste mesmo valor. **20. Seguros:** A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2014, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

**Ramo** Vigência **Importância Segurada**

Riscos Nomeados Operacionais 13 de junho de 2014 a 13 de junho de 2015 R\$ 913

Responsabilidade Civil Geral 13 de junho de 2014 a 13 de junho de 2015 R\$ 10

**21. Receita** 2014 2013

**Receita bruta de serviços**

Receita de construção - 286.066

Receita de operação 7.265 3.552

Receita financeira (i) 364.829 98.361

Outras receitas 16.517 (1.942)

388.611 386.037

(12.165) -

PIS e COFINS (23.781) (35.708)

Quota para RGR e P&D (3.753) (1.318)

Receita líquida de serviços 348.912 349.011

(i) Essa rubrica esta contemplando o valor do ajuste da revisão tarifária de 2014, por isso podemos perceber uma variação significativa.

**22. Custos sobre serviços prestados** 2014 2013

Despesas com pessoal 6.004 1.245

Custos de Construção 26.812 187.411

Serviços de manutenção 1.065 49

Despesas gerais 14.580 3.693

48.461 192.398

Classificadas como:

Custo dos bens construídos e serviços prestados (i) 40.044 191.798

Despesas gerais e administrativas 8.417 600

48.461 192.398

(i) Como observado no quadro acima, o custo dos bens construídos reduziu significativamente devido ao final das obras em 2013.

**23. Resultado financeiro, líquido** 2014 2013

**Despesas financeiras**

Juros sobre empréstimos (73.603) (59.737)

IOF (768) (2.556)

Variação cambial negativa (97) (957)

Outras despesas financeiras (15.256) (9.142)

(89.724) (72.392)

**Receitas financeiras**

Receita de aplicações financeiras 108 92

Outras receitas financeiras 3 181

111 273

**Resultado financeiro, líquido** (89.613) (72.119)

Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor Geral

Contador - Márcia Abreu Tavernari - CRC RJ -107585/O-1

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e ade-

quada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Linhas de Macapá Transmissora de Energia S